

Nota Informativa

Edição 086/2024

DESTAQUES

Ministério da Justiça defende uso do Código de Defesa do Consumidor para fake news

Haddad receberá grupo de trabalho da reforma tributária, e Lira marca reuniões semanais

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Dos 20 deputados do GT das redes, 14 são contra criminalizar fake news

MJSP participa de debate sobre regulação da Internet

Conselho Diretor da Anatel se reúne no dia 13 de junho

AGU e CGU lançam guia sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

BNDES prepara linha de crédito específica para inteligência artificial

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Falta de autonomia administrativa e financeira pode asfixiar um banco central, diz Campos Neto

Gestão disponibiliza sistema para suporte ao Programa de Gestão e Desempenho

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lira quer esperar STF para tomar decisão sobre MP que compensa desoneração

Desoneração da folha deixa de valer em 2024 se não houver compensação, dizem governistas

Senadores criticam MP que limita compensação de créditos tributários

Discussão da reoneração depende de estudo sobre a MP da Compensação

JUDICIÁRIO

Plataformas de redes sociais viram parceiras do STF no Programa de Combate à Desinformação

RELAÇÕES EXTERIORES

Alckmin: força do comércio Brasil-China vai gerar empregos e renda

Missão oficial à China traz projetos e mais de R\$ 24 bi em créditos para o Brasil

Brasil e China assinam acordo para construção conjunta de satélite

DESTAQUES

Ministério da Justiça defende uso do Código de Defesa do Consumidor para fake news

Poder Executivo | 06/06/2024 – 20h

A secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Lilian Cintra de Melo, defendeu, 6, durante o Congresso da Abert, que seja implementado na íntegra o Código de Defesa do Consumidor na internet, que, em sua avaliação, diminuiria muito os casos de judicialização sobre o conteúdo trafegado.” O Superior Tribunal de Justiça, o STJ, entende que mesmo conteúdo que circulam nas redes que são contrários aos próprios códigos de conduta das plataformas digitais só podem ser retirados do ar mediante decisão judicial, o que é um contrassenso, diante das regras do Código de Defesa do Consumidor”, afirmou ela. A Lilian avalia que os conteúdos impulsionados estão vinculados diretamente a uma relação de consumo para determinada aplicação, e, no seu entender, o CDC (código do consumidor) poderia ser aplicado, sem precisar de decisão judicial, que, muitas vezes, não tem a agilidade que a velocidade da internet impõe. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad receberá grupo de trabalho da reforma tributária, e Lira marca reuniões semanais

Poder Executivo | 06/06/2024 – 19h25min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá uma primeira reunião com os integrantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados para regulamentação da reforma tributária na terça-feira, após voltar de viagem internacional. A ideia dos sete membros do colegiado é já abrir negociações com o Executivo para poder entregar um parecer em quatro semanas. Haddad já exercia esse papel de negociador durante a discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que criou o novo sistema tributário, mas foi chamado novamente à função após parte do GT rejeitar que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, conduza as conversas pelo lado do governo Lula (PT). Padilha é desafeto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O ministro tentou organizar um encontro com os sete deputados do GT na semana passada para falar sobre a proposta, mas Lira os convocou para uma reunião no mesmo horário, e a conversa foi desmarcada. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Dos 20 deputados do GT das redes, 14 são contra criminalizar fake news

Poder Executivo | 07/06/2024 – 13h52min

Dos 20 deputados federais que compõem o grupo de trabalho (GT) criado para

definir regras para as redes sociais no Brasil, 14 votaram contra a criminalização das notícias falsas. Eles mantiveram, no último dia 28 de maio, o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro ao texto que punia, com até cinco anos de prisão, quem promovesse ou financiasse “campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral”. Dos parlamentares do GT, apenas quatro votaram para derrubar o veto e dois não votaram na sessão. O grupo foi criado na quarta-feira (5) e terá 90 dias, prorrogáveis por mais 90, para apresentar um projeto que defina regras para atuação das plataformas digitais no Brasil. O cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel avaliou que a composição ficou desfavorável àqueles que defendem regras mais firmes contra a desinformação e que pedem maior responsabilização das gigantes da tecnologia. “É uma comissão completamente enviesada, a gente vê, simplesmente olhando para os nomes, que existe uma bancada das fake news fortemente representada. São parlamentares cuja carreira está extremamente vinculada a essa disseminação deliberada de inverdades”, disse. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MJSP participa de debate sobre regulação da Internet

Poder Executivo | 07/06/2024 – 13h06min

A secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Lílian Cintra de Melo, participou do painel "Regulação de Novas Tecnologias", dentro do 4º Congresso Brasileiro de Internet, na última quinta-feira (6). O principal assunto do debate foi o Artigo 19, da Lei n. 12.965/2014, conhecido como Marco Civil da Internet. O texto prevê que “com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário”. Segundo a Secretária de Direitos Digitais do MJSP, o Marco Civil da Internet existe dentro de um arranjo jurídico que envolve a Constituição Federal, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca), entre outras normas, e a leitura do Artigo 19 não pode ser feita de maneira isolada. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Diretor da Anatel se reúne no dia 13 de junho

Poder Executivo | 07/06/2024 – 08h19min

O Conselho Diretor da Anatel se reúne no dia 13 de junho, a partir das 15h, por meio de videoconferência, que poderá ser acompanhada em transmissão ao vivo ou pelo canal da Agência no YouTube. Os interessados em se manifestar devem se inscrever, até dois dias antes da reunião, pelo formulário disponível no portal da Agência, indicando sobre qual matéria da pauta irão falar e identificando-se comprovadamente, por meio de documentos anexados, como representantes ou procuradores da parte do processo. A Secretaria do Conselho Diretor analisará o pedido e responderá, por e-mail, com as orientações de como interagir. Órgão máximo da Anatel, o Conselho Diretor é integrado por cinco conselheiros escolhidos e nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal. Saiba mais sobre o Conselho Diretor da Anatel. Veja a [pauta](#). Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

AGU e CGU lançam guia sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

Poder Executivo | 06/06/2024

Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) lançaram na quinta-feira (06/06) um guia de entendimentos para a interpretação e aplicação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) por servidores, órgãos e entidades do Poder Executivo federal, com ênfase no esclarecimento de casos sobre eventuais conflitos de interesses. A cerimônia de lançamento foi realizada no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em Brasília. O advogado-geral da União, Jorge Messias, ressaltou que o objetivo da publicação é conferir segurança jurídica aos projetos, parcerias e pesquisas no campo da inovação. "Por que nós estamos lançando o Guia de Entendimento

do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação? Porque muitas vezes nós identificamos, na prática, questões que impedem o operador do sistema de exercer na sua plenitude a potencialidade que o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação traz", apontou Messias.

Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES prepara linha de crédito específica para inteligência artificial

Poder Executivo | 06/06/2024

O BNDES tem crédito voltado ao financiamento da inovação e vai aprofundar essa aposta com a criação de uma linha específica para empreendimentos relacionados à inteligência artificial. Como destacou o superintendente na área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, João Paulo Pieroni, ao participar do 4º Congresso Brasileiro de Internet na quinta, 6/6, "a transformação digital é uma das missões da nova política industrial brasileira". Segundo ele, "o BNDES retomou, no ano passado, a sua agenda de inovação e atende os projetos de toda a indústria brasileira, com um departamento dedicado aos chips, à tecnologia de informação e comunicação. "E temos um instrumento compatível com essa importância, o programa Mais Inovação, com custo em TR, sendo que a TR, nos últimos 12 meses, está em torno de 1,5% a 1,8% ao ano. É um dos menores custos que a gente tem para incentivar projetos no Brasil, desde encapsulamento de chips à tecnologia 5G", disse Pieroni. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Falta de autonomia administrativa e financeira pode asfixiar um banco central, diz Campos Neto

Poder Executivo | 07/06/2024 – 12h27min

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que uma autoridade monetária pode ter autonomia operacional e ser asfixiada pela falta de autonomia administrativa e financeira. A declaração foi dada durante apresentação em evento promovido pela corretora Monte Bravo, em São Paulo. Ele comentou que os ganhos institucionais são sempre sequenciais e nunca são perfeitos na origem, sempre demanda ajustes. Campos afirmou que o processo para obter a autonomia operacional do BC foi uma batalha muito dura, e que se mostrou muito importante na transição do governo anterior para o atual. "Pensando que o BC fez a maior alta de juros da história do mundo emergente em ano de eleições, será que isso poderia ter sido feito sem autonomia? Então acho que é importante ter autonomia, uma independência com aspectos técnicos." Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Gestão disponibiliza sistema para suporte ao Programa de Gestão e Desempenho

Poder Executivo | 07/06/2024 – 11h32min

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público (MGI) disponibiliza, a partir de sexta-feira (7), a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal participantes do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), o sistema PGD Petrvs. A ferramenta informatizada dará suporte à execução do PGD, permitindo a gestão, o controle e a transparência dos planos de trabalho dos participantes e das entregas das unidades alinhada ao planejamento estratégico dos órgãos e instituições, conforme requisito estabelecido pela Instrução Normativa nº 24/2023. A liberação do PGD Petrvs acontece após o término do período de ambientação e treinamento, iniciado em abril de 2024, disponibilizado para a participação de 209 órgãos e entidades. O sistema está disponível gratuitamente para implementação na infraestrutura de TI dos órgãos, e os manuais de instalação e de configuração do sistema, bem como informações de suporte técnico oferecido pela Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do MGI, estão acessíveis na página do PGD. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lira quer esperar STF para tomar decisão sobre MP que compensa desoneração

Poder Legislativo | 06/06/2024 – 21h22min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliou em conversas reservadas que a Medida Provisória para limitar as compensações de créditos de PIS/Cofins foi mais um erro político do governo Lula. A interlocutores, ele afirmou que vai esperar uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema para definir o que fazer na Casa. Inconformadas com a decisão do Ministério da Fazenda, lideranças empresarias sinalizaram que podem judicializar a MP. Deputados ligados ao agronegócio pressionam Lira a pautar a MP diretamente em plenário, para que ela seja rejeitada. Editada para compensar a renúncia fiscal com a desoneração da folha de pagamento, a MP devolveu o governo à mira do Congresso. Parlamentares estão revoltados com a edição da norma sem ao menos uma consulta prévia às lideranças, principalmente porque sua validade é imediata. “Enquanto nos debruçávamos sobre o Mover, foi editada uma MP que tomamos conhecimento na publicação”, alfinetou o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que faz parte da base do governo. Lira também não foi informado previamente. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desoneração da folha deixa de valer em 2024 se não houver compensação, dizem governistas

Poder Legislativo | 06/06/2024 – 20h33min

Diante do diagnóstico da cúpula do Congresso de que a MP (medida provisória) que compensa a desoneração da folha enfrenta resistências para ser aprovada, integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmam que a prorrogação do benefício aos 17 setores favorecidos ficará sem efeito, caso a solução não seja aceita. Membros do governo e da base aliada no Congresso dizem que a MP foi a saída encontrada para viabilizar a desoneração e que, para substituí-la, deputados, senadores e setores afetados devem apresentar uma alternativa. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que foi avisado anteriormente da medida, relatou a um ministro que a MP dificilmente seria aceita pela Casa. Como mostrou a Folha, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também havia feito o mesmo diagnóstico ao governo e reclamou de não ter sido consultado previamente. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senadores criticam MP que limita compensação de créditos tributários

Poder Legislativo | 06/06/2024 – 18h44min

Em reunião de líderes, na quinta-feira (6), senadores sugeriram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a busca de alternativas à Medida Provisória 1.227, de 2024, que restringe o uso de créditos tributários do PIS/Cofins para abatimento de outros tributos. O texto foi editado como forma de compensar a manutenção da desoneração da folha para 17 setores da economia e para prefeituras, mas não foi bem recebido pelo setor produtivo. — Recebemos uma grande inquietação e inconformismo por parte do setor produtivo. O Colégio de Líderes se comprometeu a se debruçar sobre os impactos reais da medida provisória. O presidente Rodrigo Pacheco determinou à Consultoria do Senado que fizesse o estudo elaborado para que a gente tivesse exata noção do impacto e a partir do impacto tomar as medidas necessárias — disse o líder do União Brasil, senador Efraim Filho, após a reunião. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Discussão da reoneração depende de estudo sobre a MP da Compensação

Poder Legislativo | 06/06/2024 – 16h45min

A pedido dos líderes partidários, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, solicitou um estudo da Consultoria da Casa sobre os impactos da [Medida Provisória 1.227/2024](#), que restringe a compensação de créditos das contribuições ao PIS/Pasep e à Cofins para empresas exportadoras. Com arrecadação superior a R\$ 23 bilhões este ano, a MP foi editada para bancar a redução da contribuição previdenciária paga por 17 setores da economia e dos pequenos municípios. O líder do Governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), disse que só vai apresentar o relatório do projeto da reoneração (PL 1.847/2024) após

resolver esse impasse da MP. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Plataformas de redes sociais viram parceiras do STF no Programa de Combate à Desinformação

Poder Judiciário | 06/06/2024 – 19h43min

Representantes das plataformas YouTube, Google, Meta, TikTok, Microsoft e Kwai assinaram na quinta-feira (6), no Supremo Tribunal Federal (STF), o acordo de adesão ao Programa de Combate à Desinformação do Supremo. “Espero que esse acordo seja o início de uma relação cooperativa entre a Justiça e as plataformas digitais no enfrentamento de uma das piores epidemias do nosso tempo, que é a epidemia da desinformação e a disseminação do ódio. Espero que seja uma parceria que frutifique e nos ajude a fazer um país e um mundo melhor”, afirmou o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, durante o evento. O acordo tem a finalidade de promover ações educativas e de conscientização para enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação que fere os princípios, direitos e garantias constitucionais. Fica facultado às instituições parceiras a participação na execução de atividades com esse cunho. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Alckmin: força do comércio Brasil-China vai gerar empregos e renda

Poder Executivo | 07/06/2024 – 13h37min

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em conversa com a imprensa brasileira na madrugada de sexta-feira (7) em Pequim, comemorou a força da parceria comercial entre o Brasil e a China pelo crescimento de 17 vezes da corrente ao longo dos últimos vinte anos, passando de US\$ 9 bilhões para os atuais US\$ 157 bilhões. De acordo com o ministro, as cifras significam, na prática, a geração de novos empregos e melhoria da renda dos brasileiros. Ao fazer um balanço da VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban), lançada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Alckmin destacou o investimento recíproco entre os dois países. A China compra diversos produtos brasileiros, como soja, minério de ferro, petróleo, carnes, açúcares. Ao mesmo tempo, empresas como Embraer, Vale, Suzano, Marcopolo, entre outras, são multinacionais brasileiras no país asiático, enquanto empresas automobilísticas como a BYD e a GWM desembarcam no Brasil com o propósito de aumentar a relação. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Missão oficial à China traz projetos e mais de R\$ 24 bi em créditos para o Brasil

Poder Executivo | 07/06/2024 – 10h24min

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, encontrou-se na sexta-feira (7/6), com o presidente da China, Xi Jinping, encerrando missão oficial de quatro dias na Ásia que resultou, entre outras coisas, missão oficial à China com R\$ 24,6 bilhões em concessões de crédito para o Brasil. A VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban), copresidida por Alckmin, facilitou a aprovação dos recursos, que serão destinados a obras de infraestrutura, com destaque especial à reconstrução do Rio Grande do Sul. “Concluímos esta missão à China com resultados muito satisfatórios. Garantimos mais de R\$ 24,6 bilhões em financiamentos para projetos diversos no Brasil, com foco significativo na reconstrução do Rio Grande do Sul”, afirmou Alckmin. Em sua passagem pelo país, o vice-presidente reforçou o compromisso do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente, ressaltando que o Brasil é um país estável, com economia em expansão e que, recentemente, aprovou reformas como a tributária, que facilitam ainda mais os investimentos no país. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil e China assinam acordo para construção conjunta de satélite

Poder Executivo | 07/06/2024

O Brasil está dando mais um importante salto tecnológico no setor aeroespacial. Os governos brasileiro e chinês assinaram na quinta-feira, 6, em Pequim, uma Declaração Conjunta de Intenções para o desenvolvimento do satélite CBERS-5. Ao contrário de seus antecessores, este será um satélite meteorológico geoestacionário. Isso significa que ele ficará em uma órbita específica sobre a Terra, acompanhando o movimento de rotação do planeta, permitindo a observação contínua de uma região específica. No caso do CBERS-5, a área de foco será o Brasil, fornecendo dados cruciais para a previsão do tempo e o monitoramento de eventos climáticos extremos, como secas, tempestades, enchentes. O novo satélite será projetado para oferecer um suporte significativo na observação de processos atmosféricos de maneira mais precisa, rápida e eficiente ajudando assim na mitigação de futuros desastres naturais. O documento foi assinado durante a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Participaram da cerimônia o vice-presidente do Brasil Geraldo Alckmin, o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social o MCTI, Inácio Arruda, que na ocasião representou a ministra, Luciana Santos, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Clezio De Nardin além de outros representantes da Administração Espacial Nacional da China (CNSA). Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)